

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA

Léa Barbosa de Sousa

Centro Universitário Inta – Uninta

Sobral-Ceará-Brasil

lea-b@hotmail.com

Edileuza Lima Freire

Centro Universitário-INTA/UNINTA

Sobral/CE-BASIL

edileuza_sbc@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Ensino Superior e as contribuições da psicopedagogia para promover uma aprendizagem significativa para os estudantes, bem como a permanência e o sucesso acadêmico. Sabemos que a cada semestre as universidades recebem estudantes com várias deficiências e transtornos, requerendo das IES um olhar sensível e acolhedor. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em produções científicas e em documentos legais que orientam as políticas de inclusão educacional. As ponderações evidenciam que a efetivação da inclusão no ensino superior exige a superação de barreiras pedagógicas, atitudinais e institucionais, articulada entre docentes, núcleos de acessibilidade e atuação da psicopedagogia. Sendo assim, a psicopedagogia contribui acompanhado os discentes que apresentam transtornos e deficiências, como também orientando as práticas pedagógicas inclusivas, favorecendo a autonomia, o desenvolvimento acadêmico e a continuação dos estudantes na universidade.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Especial e Inclusiva. Ensino Superior. Acessibilidade. Psicopedagogia.

INTRODUÇÃO:

Sabemos que, a cada semestre, as universidades recebem estudantes com diferentes

deficiências e transtornos, o que exige das Instituições de Ensino Superior um olhar sensível e acolhedor. No entanto, esse olhar, por si só, não é suficiente para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem desses estudantes, para os quais, em muitos casos, o sonho de cursar uma graduação parecia quase impossível. Nesse sentido, as políticas de inclusão evidenciam que é possível, sim, que esses estudantes ingressem e concluam seus cursos com qualidade, desde que lhes sejam asseguradas as condições necessárias.

Os documentos legais evidenciam que o estudante com deficiência pode e deve ter seus direitos assegurados pela legislação vigente, não cabendo às universidades negar tais direitos. Nesse sentido, compete às Instituições de Ensino Superior adequarem-se para recebê-los, e não aos estudantes adaptarem-se às instituições.

A psicopedagogia contribui para o acompanhamento dos discentes que apresentam transtornos e deficiências, bem como para a orientação das práticas pedagógicas inclusivas, favorecendo a autonomia, o desenvolvimento acadêmico e a permanência dos estudantes na universidade. O trabalho da psicopedagogia no ensino superior não tem apenas o objetivo de auxiliar os estudantes, mas também de fortalecer a confiança em seu próprio potencial.

Este artigo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em produções científicas e em documentos legais que orientam as políticas de inclusão educacional. A pesquisa qualitativa aponta para compreender fenômenos sociais a partir de significados e perspectivas dos sujeitos e textos estudados, não se restringindo ao uso de procedimentos estatísticos, mas explorando conteúdos e contextos (Denzin & Lincoln, 2006, apud Viera & Zouain, 2006). Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado e constituído principalmente de livros e artigos científicos, o que possibilita ao pesquisador aprofundar-se no assunto que pretende pesquisar.

De acordo com Bossa (2019) a psicopedagogia nasceu de uma necessidade: contribuir para busca de soluções para a difícil questão do problema de aprendizagem. Acrescenta destacando que é complexa a rede de fatores que interferem no processo de aprendizagem. Completa dizendo que a psicopedagogia vem caminhando no sentido de contribuir para a melhor compreensão desse processo.



As ponderações evidenciam que a efetivação da inclusão no ensino superior exige a superação de barreiras pedagógicas, atitudinais e institucionais, articulada entre docentes, núcleos de acessibilidade e atuação da psicopedagogia.

Este artigo tem como objetivo discutir a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Ensino Superior e as contribuições da psicopedagogia para promover uma aprendizagem significativa para os estudantes, bem como a permanência e o sucesso acadêmico. A psicopedagogia no Ensino Superior tem sido essencial no acompanhamento de estudantes com transtornos específicos de aprendizagem, como: Leitura, Escrita e Matemática, entre outros transtornos como: TEA, TDAH e DI os mais comuns na universidade.

1.1 Educação Especial e Inclusiva

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva deve promover, acolher e valorizar a diversidade humana, deve ainda, contribuir para o compromisso ético e social, alicerçados na legislação internacional e nacional como a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015), esta Lei completou dez anos de sua promulgação, em 6 de julho de 2015. Há muito o que celebrar, esse importante conquista para o Brasil, protagonizada especialmente pelas organizações defensoras dos direitos humanos das pessoas com deficiência, no entanto, se faz necessário avançar.

A LBI é uma legislação viva, nascida da urgência de assegurar equidade, dignidade e acesso pleno à cidadania para todas as pessoas, sem deixar ninguém para trás. Brasil (2025). Por estar fundamentada nos princípios da Constituição Federal de 1988 e da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. De fato, é uma importante Lei e tem ajudado muito as pessoas com limitações. Desejamos e esperamos que haja avanços e melhorias que alcancem todos que realmente necessitam das leis para terem seus direitos garantidos.

Outra importante Lei é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 1996, 2015). No título I – Da Educação Art. 1º esclarece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No capítulo V – Da Educação Especial Art. 58 que se entende por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular

no 9.394/1996 43 de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Comenta ainda no capítulo IV – Da Educação Superior Art. 43. Que a educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Como foi visto, o Art. 43 da LDB (1996), mostrou que a educação superior é essencial para a vida intelectual das pessoas, possui uma função social grande, que vai além da formação técnica e profissional. Interessante destacar que ao articular ensino, pesquisa e extensão, uma

triade significativa no ensino superior, realinha o compromisso das instituições de ensino superior no Brasil a produzir conhecimento e a formação humana integral sem deixar de lado o desenvolvimento social, contribuindo para a construção de uma educação que valoriza a pessoa de forma humanística.

Interessante destacar os dois últimos decretos sobre a Educação Especial e Inclusiva para todas as modalidades de ensino, inclusive no Ensino Superior, iremos discorrer sobre o último decreto, ambos foram publicados perto um do outro, um em outubro e o outro em dezembro de 2025, alterando o decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Art. 1º O Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

§ 3º “A garantia do sistema educacional inclusivo ocorre por meio da organização do sistema educacional geral, de forma a assegurar que os estudantes que são público da educação especial tenham o direito a ser incluídos em classes e escolas comuns, com o apoio necessário à sua participação, permanência e aprendizagem”.

Este artigo reforça o princípio da educação inclusiva no sentido de que este público da educação especial tenham direito à matrícula em classes e escolas comuns, com os apoios necessários que garantam a participação, permanência e aprendizagem significativa dos estudantes. Fica evidenciado neste decreto que a inclusão exige do sistema educacional brasileiro organização para a promoção de condições pedagógicas e de acessibilidade para todos os alunos que necessitam desta educação.

1.2. Atuação da Psicopedagogia no Ensino Superior

No contexto do Ensino Superior, a Psicopedagogia vem ganhando espaço nas instituições. A cada semestre, observa-se o aumento no número de ingressantes, o que amplia a diversidade do público acadêmico, incluindo estudantes que apresentam dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem, deficiências e transtornos específicos de aprendizagem. Diante desse cenário, torna-se fundamental que as Instituições de Ensino Superior contem com profissionais qualificados e serviços especializados, capazes de oferecer acompanhamento adequado e garantir condições de permanência, participação e sucesso acadêmico dos estudantes que necessitam desse suporte.

Em termos analíticos, Bossa (2019) descreve que a Psicopedagogia distingue-se em três conotações: como prática profissional, como campo de investigação do processo de aprendizagem e como um saber científico (Bossa, 2019, p. 17).

No que se refere a compreensão da Psicopedagogia sob essas três perspectivas amplia sua atuação para além do caráter interventivo, evidenciando sua contribuição na produção de conhecimento sobre o aprender humano. Enquanto prática profissional, a área volta-se para a identificação e intervenção nas dificuldades de aprendizagem. Como campo investigativo, busca compreender os processos cognitivos, emocionais e sociais envolvidos na aprendizagem. Já enquanto saber científico, consolida-se por meio de fundamentações teóricas e metodológicas que sustentam sua atuação nos diferentes contextos educacionais, especialmente no ensino superior, onde a diversidade do público acadêmico demanda abordagens interdisciplinares e inclusivas.

Trata-se de uma área que busca auxiliar os estudantes em todas as modalidades de ensino – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. Nesse contexto, o acompanhamento psicopedagógico na educação superior mostra-se fundamental, uma vez que o olhar psicopedagógico direcionado ao estudante contribui para o fortalecimento da sua trajetória acadêmica.

Bossa (2019, p. 92) contribui ainda, destacando que: “o trabalho psicopedagógico tem como centro a escuta do sujeito e a análise de sua história de aprendizagem, buscando compreender bloqueios, dificuldades e possibilidades”.

Sabemos que o ensino no Brasil, independentemente da modalidade, foi marcado por grandes defasagens no que se refere ao processo de aprendizagem. No ensino superior, é notório observar estudantes que apresentam diversas dificuldades na compreensão dos conteúdos, pois ingressam nessa etapa sem uma noção clara de como ela se configura, acreditando que seja semelhante às demais modalidades de ensino. De fato, há semelhanças, porém o que a diferencia é a especificidade dos conteúdos e das exigências formativas próprias de cada curso ofertado.

Diante desse contexto, o suporte psicopedagógico surge como um importante recurso de auxílio ao estudante. É justamente nesse momento que se destaca a escuta ativa do sujeito e de sua história de aprendizagem, conforme apontado por Bossa, ao evidenciar a importância da compreensão do processo de aprender.

1.3. Estudantes com deficiências e transtornos de aprendizagem no Ensino Superior

Observa-se um crescimento significativo no número de estudantes com transtornos

específicos de aprendizagem e transtornos do neurodesenvolvimento, como TDAH, TEA e deficiência intelectual, no ensino superior. Além disso, é cada vez mais presente o ingresso de estudantes com diferentes tipos de deficiência nesse nível de ensino. Entre as deficiências mais recorrentes no ensino superior, destacam-se a deficiência auditiva, a deficiência visual e a deficiência intelectual.

Importante destacar que o Transtorno do Espectro Autista - TEA é atualmente reconhecido no Brasil como condição que se insere no conceito de deficiência para fins legais e de garantia de direitos. Essa equiparação tem respaldo jurídico, pois a legislação brasileira passou a considerar a pessoa com TEA como pessoa com deficiência, assegurando-lhe os mesmos direitos previstos para esse grupo legal e social.

Interessante discorrer sobre os transtornos mais comuns no ensino superior e as dificuldades de aprendizagem, iniciando pelo TDAH.

Com relação aos estudantes com TDAH, Pavão explica:

O Transtorno do Déficit de Atenção (TDA) pode ou não estar associado à Hiperatividade, demonstrando por meio de algumas características sua presença: frequentemente agitar as mãos ou os pés ou não conseguir ficar parado; levantar constantemente do seu lugar; apresentar-se inquieto em situações inadequadas; ter dificuldade em fazer coisas rotineiras com calma; falar em demasia, bem como, dar a resposta mesmo antes de a outra pessoa terminar uma pergunta; dificuldade para aguardar sua vez; e o mais decisivo a falta de atenção ao realizar as suas atividades rotineiras e escolares. (Pavão; Pavão, 2017, p. 40).

A citação evidencia que o Transtorno do Déficit de Atenção pode manifestar-se com ou sem a presença da hiperatividade, destacando comportamentos relacionados à inquietação, impulsividade e, principalmente, à dificuldade de manter a atenção em atividades rotineiras e acadêmicas. Essas características podem impactar diretamente o desempenho acadêmico e a organização das atividades, exigindo estratégias pedagógicas e acompanhamento especializado que favoreçam o processo de aprendizagem e a permanência do estudante no contexto educacional, neste contexto, a universidade precisa ter um olhar sensível e ajudar no desempenho desse estudante.

Diante disso, temos outro transtorno muito presente entre os estudantes universitários, o TEA.

De acordo o DSM – 5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição) (2014), esclarece os três níveis de suporte para o TEA descrito abaixo:

Nível 1 – Suporte leve: o indivíduo apresenta independência relativa, mas dificuldade para iniciar conversas ou compreender normas sociais implícitas.

Nível 2 – Suporte substancial: há necessidade de assistência constante em comunicação e interação social.

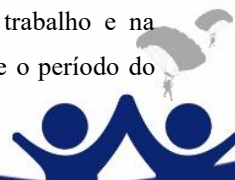
Nível 3 – Suporte muito substancial: o aluno apresenta grande limitação na comunicação funcional, interação social e adaptação a mudanças. (APA, 2014, p. 52).

De forma criteriosa podemos observar que a classificação apresentada pela APA (2014) evidencia que o Transtorno do Espectro Autista se manifesta em diferentes níveis de suporte, variando conforme as necessidades individuais do sujeito. Essa categorização permite compreender que o TEA não é homogêneo, exigindo intervenções e estratégias educacionais diferenciadas. É comum termos universitários com o nível de suporte 1, apresenta maior autonomia, ainda que com dificuldades na interação social, nos níveis 2 e 3 observa-se a necessidade de suporte mais intensivo, sobretudo na comunicação, na socialização e na adaptação a mudanças. No contexto universitário, essa compreensão é fundamental para o planejamento de práticas pedagógicas inclusivas e para a organização de recursos que atendam às especificidades de cada estudante.

Na realidade atual, temos no ensino superior estudantes com deficiência intelectual. De acordo com o DSM 5 (2014) a Deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) é um transtorno com início ainda no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático.

Explica os três critérios a seguir devem ser preenchidos:

A. Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados. B. Déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade. C. Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento. DSM 5 (2014, p.85).



Sob esse aspecto o DSM 5 (2014) esclarece que as pessoas acometidas por este

transtorno crescem com eles, no entanto, tem potencialidades que não impedem de cursar uma faculdade. Torna-se necessário compreender, que vai depender do nível de gravidade. Leve 318.0 (F71) moderada 318.1 (F72) grave 318.2 (F73) profunda. Nas universidades é comum ter estudantes com o nível leve.

Convém discutir, ainda, duas deficiências que também são comuns no ensino superior: a deficiência auditiva e a deficiência visual. Ambas demandam suporte individualizado, incluindo o acesso a profissionais especializados, como intérpretes de Libras e recursos voltados ao sistema Braille, a fim de garantir condições adequadas de acesso, participação e aprendizagem no contexto acadêmico.

Faz-se pertinente observar que a Língua Brasileira de Sinais – Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, devendo ser garantido o acesso à educação por meio da presença de intérpretes e outros recursos que assegurem a comunicação e a aprendizagem da pessoa surda. (BRASIL, 2005). As universidades devem ficar atentas a esta questão. É direito do estudante.

É válido refletir que o sistema educacional deve assegurar às pessoas com deficiência o acesso a recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e serviços de apoio especializados, incluindo materiais em Braille e outros formatos acessíveis, de modo a garantir igualdade de oportunidades no processo educacional. (BRASIL, 2015). Sob esse viés, não cabe mais às universidades fechar os olhos para esses estudantes.

Com relação as dificuldades de aprendizagem iniciam-se durante os anos escolares, mas podem não se manifestar completamente até que as exigências pelas habilidades acadêmicas afetadas excedam as capacidades limitadas do indivíduo (p. ex., em testes cronometrados, em leitura ou escrita de textos complexos longos e com prazo curto, em alta sobrecarga de exigências acadêmicas). DSM 5 (2014, p.110 e 111).

É relevante pontuarmos que no ensino superior, essa realidade também se faz presente, observa-se que muitos estudantes ingressam na universidade sem diagnóstico ou acompanhamento adequado. Sabemos que nesse nível de ensino, as exigências acadêmicas são inúmeras e para muitos alunos mais complexas, pois continuarão com prática da leitura e interpretação de textos científicos, produção de trabalhos acadêmicos, autonomia nos estudos e cumprimento de prazos mais rigorosos por cada docente. Portanto, estudantes com transtornos específicos de aprendizagem podem apresentar dificuldades mais evidentes.

especialmente quando não recebem o suporte pedagógico necessário. Dessa forma, torna-se fundamental que as universidades tenham em seu quadro de colaboradores profissionais capacitados que desenvolvam estratégias que inclua alunos com demandas diversas, entre elas transtornos específicos de aprendizagem, deficiências, entre outras já mencionadas neste artigo.

1.4. Resultados e Discussão

A literatura analisada aponta o crescimento do ingresso de estudantes com transtornos e deficiências no ensino superior, incluindo acadêmicos com TDAH, TEA, deficiência intelectual e deficiências sensoriais, como auditiva e visual. Esse avanço está relacionado às políticas educacionais inclusivas, que ampliaram o acesso desses estudantes às Universidades no Brasil, embora ainda persistam desafios quanto à continuação e ao desempenho acadêmico.

Os estudos indicam que esses estudantes apresentam demandas específicas relacionadas à atenção, comunicação, adaptação acadêmica e acesso aos conteúdos, evidenciando a necessidade de recursos de acessibilidade, adaptações pedagógicas e suporte institucional. Diante disso, a Psicopedagogia tem se destacado como estratégia relevante, ao contribuir com o acompanhamento individual aos estudantes e na identificação das dificuldades de aprendizagem, orientação aos docentes e desenvolvimento da autonomia acadêmica, favorecendo práticas educacionais mais inclusivas.

Interessante destacar que o apoio psicopedagógico nas IES é um direito do estudante, como também outros profissionais, psicólogos e equipe multiprofissional, acrescentando o núcleo de acessibilidade. Não são os discentes com transtornos de aprendizagem, deficiências e outras condições que precisam se adequar a instituição, mas sim as universidades se adequarem aos alunos.

Considerações

Considerando o exposto, a presente revisão bibliográfica permitiu compreender que a educação especial na perspectiva da educação inclusiva no ensino superior tem avançado nos últimos anos. Entretanto, os estudos analisados demonstram que ainda existem desafios, evidenciando a necessidade de sair do campo teórico e avançar para a efetivação dessas práticas no contexto real.

Observou-se que estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento, deficiência intelectual, deficiência auditiva, visual e com transtornos de aprendizagem, apresentam demandas educacionais que exigem adaptações metodológicas, recursos de acessibilidade e suporte por parte da IES. Nesse contexto, destaca-se a relevância da Psicopedagogia no ensino superior, que vem atuando na identificação das dificuldades de aprendizagem, na mediação entre estudantes e docentes e na construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento acadêmico, uma dessas estratégias inclui a avaliação, intervenção nas dificuldades de aprendizagem.

Dessa forma, compreende-se que a inclusão no ensino superior não deve limitar-se ao ingresso do estudante, mas deve contemplar políticas institucionais que assegurem condições efetivas de permanência e sucesso acadêmico. Ressalta-se, ainda, a importância do fortalecimento de equipes multiprofissionais, pedagogo, psicopedagogo, psicólogo, entre outros profissionais e de ações formativas voltadas aos docentes, contribuindo para a consolidação de uma educação superior verdadeiramente inclusiva.

Finalizamos, destacando-se a necessidade de ampliação de estudos que investiguem práticas psicopedagógicas no contexto universitário, visando subsidiar a construção de políticas educacionais e estratégias pedagógicas que promovam a qualidade do ensino e da aprendizagem para todos e um olhar atento e reflexivo aos estudantes com deficiências e transtornos específicos de aprendizagem.

Referências:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5. 5th ed. Arlington: American Psychiatric Association, 2013.

BOSSA, Nádia. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2019.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12773-8-dezembro-2025-798454-publicacaooriginal-177304-pe.html>. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.



XVI FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A PESQUISA NA GRADUAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

27 a 30 de maio 2026 - Sertão Central - Quixadá - CE.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP